



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

FISCALIZAÇÃO **Jornal da Cidade - 25/04/2016**

Crea-SE vai ajudar o MPE

Divulgação

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (Crea-SE) assinou um termo de cooperação (TC) junto à Promotoria do Cidadão Especializada na Defesa do Acidentado do Trabalho, Idoso, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos em Geral do MP para assegurar acessibilidade em obras públicas e coletivas. Pelo convênio, o Crea se compromete a fiscalizar as obras que foram denunciadas ao Ministério Público por irregularidades quanto à acessibilidade, elaborar laudos e pareceres e encaminhar relatórios ao MP para que o órgão adote as medidas cabíveis.

De acordo com a promotora Berenice Andrade de Melo, a parceria com o Crea-SE é de fundamental importância para o trabalho do Ministério Público no que se refere às ações em defesa da acessibilidade e mobilidade urbana. “Não temos uma divisão técnica que nos dê subsídios para verificar possíveis irregularidades em obras. A parceria vai contribuir para dar mais agilidade e eficácia às ações do Ministério Público voltadas para a efetiva melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade urbana”, disse a promotora.

“Promover a acessibilidade é dever de todos, principalmente de profissionais da área construtiva”. É o que avalia o presidente do Crea-SE, Arício Resende, ao ressaltar que um projeto que visa a acessibilidade, proporciona a integração e a socialização às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. “O investimento em acessibilidade é sem sombra de dúvidas o melhor caminho para uma sociedade que respeita a diversidade humana e almeja evoluir em todas as áreas de desenvolvimento social. O Crea-SE trabalha e atua dentro dessa filosofia e está à dispo-



PROMOTORA Berenice e o presidente do Crea, Arício

sição do Ministério Público para ampliar e assegurar as ações em defesa da acessibilidade”, reforça ele.

“Acessibilidade significa incluir as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de modo a que elas participem de atividades, usem produtos, serviços e adquiram informações, sem que haja qualquer tipo de restrição. Precisamos ampliar a visão que se tem sobre o tema. O campo das deficiências é muito diversificado. Não se pode ficar limitado à construção de rampas e calçadas. É necessário eliminar os obstáculos nos ambientes e também nas atitudes, pois, infelizmente, o preconceito, gerado muitas vezes pela falta de informação, ainda é rotineiro”, avaliou.